

DESPACHO N.º 5 – PCM/2023

NOMEAÇÃO EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO

COORDENADOR DE UNIDADE DE OBRAS, PLANEAMENTO E AMBIENTE

Considerando que a Reorganização de Serviços operada neste Município através do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais aprovado, sob proposta da Câmara Municipal em reunião ordinária de 06 de dezembro de 2017, na sessão ordinária de Assembleia Municipal de 20 de dezembro de 2017, implica a existência de responsáveis de serviços, entre os quais, dirigentes intermédios de 3.º e 4.º grau (cfr. Despacho n.º 1311/2018, publicado no Diário da República n.º 26/2018, Série II de 2018-02-06);

Considerando que a publicitação da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto que determinou a adaptação às autarquias locais da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que ultimamente lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, obrigou indiscriminadamente a que os municípios procedessem à revisão da sua estrutura orgânica segundo novos critérios;

Considerando que a gestão estratégica dos recursos humanos devidamente alinhada com a gestão estratégica global da organização pressupõe a existência de cargos de direção intermédia;

Considerando que para a implementação e monitorização de determinados processos que a Lei impõe, tal como a Revisão do Plano Diretor Municipal, o Licenciamento Zero, e o Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho na Administração Pública (SIADAP), e outros tornam indispensáveis a existência daqueles cargos;

Considerando que à luz do artigo 11.º do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, são atribuições comuns dos responsáveis das unidades orgânicas flexíveis (coordenador de unidade) e são competências do dirigente intermédio de 3.º grau e 4.º grau (Coordenador de Unidade Funcional) nomeadamente: a) Coadjuvar o titular da direção intermédia de 2.º grau de que dependa hierarquicamente se existir; b) Exercer as competências da unidade orgânica (Unidade Funcional) que se encontra a dirigir; c) Orientar, controlar e avaliar a unidade orgânica que se encontra a dirigir; d) gerir os equipamentos e materiais bem como os recursos técnicos e humanos que constitui a respetiva unidade; e) Gerir de forma eficiente e eficaz a qualidade técnica dos serviços prestados bem como a execução dos programas e atividades no cumprimento dos objetivos; f) Exercer as demais tarefas que lhe forem superiormente atribuídas de acordo com a competência e função que desempenha.

Considerando que nos termos regulamentares, a remuneração do titular do cargo de direção intermédia de 3.º grau corresponde à 4.ª posição remuneratória da



carreira/categoria de técnico superior, sendo que as respetivas competências se encontram elencadas no artigo 25.º do Regulamento;

Considerando que o lugar se encontra vago no mapa de pessoal do Município para 2023, aprovado em Reunião de Câmara de 22 de novembro de 2022 e na Sessão da Assembleia Municipal de 19 de dezembro de 2022;

Considerando que o Arq. António Miguel Cancela dos Santos Torres é detentor de uma relação jurídica de emprego publico por tempo indeterminado exercendo funções de técnico superior por período superior a dois anos, reunindo assim as condições legais e regulamentares exigíveis para o exercício das funções de direção intermédia de 3.º grau, ao que acresce o facto de exercer funções neste Município, e se encontrar na 4.ª posição remuneratória da carreira/categoria de técnico superior permitindo que não se verifique com a sua nomeação em regime de substituição qualquer aumento da despesa;

Assim no uso da competência que me está atribuída pela alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado e publicado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro, conjugado com o artigo 19.º da já referida Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, todos na redação atual, nomeio em regime de substituição, para Coordenador de Unidade de Obras, Planeamento e Ambiente (cargo de direção intermédia de 3.º grau), o licenciado António Miguel Cancela Santos Torres;

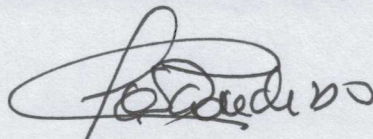
A presente nomeação, em regime de substituição tem a duração de 90 dias, prorrogáveis desde que esteja em curso procedimento destinado ao provimento do cargo e até à nomeação do respetivo titular e produz efeitos a partir do dia 01 de março de 2023 (inclusive).

Dê-se conhecimento à Subunidade de Recursos Humanos e à Subunidade de Gestão Financeira, Contabilidade e Tesouraria para os devidos efeitos.

Proceda-se à competente publicitação, nos termos legais.

Paços do Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, 28 de Fevereiro de 2023.

O Presidente da Câmara Municipal



Carlos Manuel Martins Condesso

